

O avanço da engenharia genérica, especificamente sobre as ferramentas que possibilitam alterações no genoma de seres vivos, desenvolveu o que chamamos de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) ou transgênicos; produtos estes que apresentam alto potencial de aplicação, principalmente na agricultura. No entanto, o desenvolvimento da biotecnologia trouxe uma série de discussões sobre sua utilização comercial. Um aspecto singular dessa controvérsia é a questão da propriedade intelectual relacionada à produção de sementes, haja vista o patenteamento deste material genético modificado pelas grandes empresas agroquímicas. Tema este – propriedade intelectual – discutido pela OMC e exposto no Acordo TRIPS, em que os países membros da Organização tiveram que adaptar suas legislações nacionais ao negociado internacionalmente e, com isso, possibilitar o patenteamento de todo e qualquer produto e/ou processo, tais como, as sementes geneticamente modificadas. Porém, as expressivas diferenças nos níveis de desenvolvimento de cada país demandam comportamentos diferenciados acerca das negociações feitas, pois ocasionam grandes impactos, em especial, sobre os países em desenvolvimento. Assim, a presente pesquisa visa analisar o patenteamento de sementes no Brasil, à luz dos direitos humanos, em virtude dos efeitos que a liberalização comercial desses produtos pode ocasionar ao desenvolvimento econômico e social do país. Através da metodologia de pesquisa pura, bibliográfica, jurisprudencial, qualitativa, exploratória e explicativa, chega-se a conclusão parcial de que, com o livre comércio dos OGMs patenteados – sendo a semente o insumo básico da agricultura – e se alguma empresa detiver o monopólio dessas patentes, esta dominará um vasto setor da agricultura, levando a um processo de perda da autonomia do pequeno agricultor e a grande concentração de poder nas mãos do fabricante, afetando o acesso aos benefícios que poderiam advir desse avanço tecnológico, bem como, a melhoria de qualidade de vida - dignidade da pessoa humana e desenvolvimento econômico - dos cidadãos. (Apoio PBIC/UniRitter).